



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO  
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS APLICADAS AO MULTILINGUISTO  
E À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

INGRID STEPHANE RODRIGUES SOUSA

**INTEGRAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS IMIGRANTES:  
ANÁLISE DE CARTILHAS E ESTUDOS DE CASO**

BRASÍLIA  
2020

INGRID STEPHANE RODRIGUES SOUSA

**INTEGRAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS IMIGRANTES:  
ANÁLISE DE CARTILHAS E ESTUDOS DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso do  
Bacharelado em Línguas Estrangeiras  
Aplicadas ao Multilinguismo e à Sociedade da  
Informação (LEA-MSI) da Universidade de  
Brasília.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup>. Fernanda de Deus Garcia (Orientadora)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Carolina Calvo Capilla

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Susana Martínez Martínez

BRASÍLIA

2020

## RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar como se dá o acolhimento e a integração de alunos imigrantes no sistema escolar brasileiro. Para isso, analisamos cartilhas e documentos de orientação. Ademais, também trouxemos três pesquisas sobre migração e educação, que fazem análises de casos de escolas que recebem estudantes imigrantes. O foco é entender se foram adotadas políticas linguísticas e em que consistiram, assim como analisar a forma como as escolas têm lidado com a integração e adaptação dos alunos imigrantes, em especial no que tange o aspecto linguístico. A partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada, observa-se que os alunos imigrantes ainda enfrentam dificuldades nas escolas, principalmente em relação ao aprendizado do português no período inicial de adaptação, o que traz consequências para a socialização e o rendimento escolar. A análise comparativa dos documentos orientadores e dos estudos de caso nos mostra que, apesar das orientações das cartilhas, a responsabilidade do processo adaptativo das crianças imigrantes ainda recai sobre os professores e as escolas de forma local e pontual. Espera-se que este artigo possa contribuir para criação de políticas que ajudem a melhorar a integração escolar dos alunos imigrantes.

**Palavras-chave:** Acolhimento de imigrantes; Educação de imigrantes; Integração escolar.

## **ABSTRACT**

This article aims to analyze how the welcoming and the integration of migrant students in the Brazilian school system happens. For this, we analyzed booklets and guidance documents. Furthermore, we also brought three studies about migration and education, which analyze the cases of schools that welcome immigrant students. The focus is on understanding whether language policies have been adopted and what have consisted of, as well as analyzing how schools have dealt with the integration and adaptation of migrant students, in particular regarding the linguistic aspect. From the bibliographic and documentary research conducted, we observed that migrant students still face difficulties in schools, mainly in relation to learning Portuguese in the initial period of adaptation, which has consequences on their socialization and school performance. The comparative analysis of the guiding documents and the case studies shows that, despite the guidelines in the booklets, the responsibility for the adaptive process of migrant children still lies with teachers and schools. It is expected that this article contributes to the creation of policies that help improve the school integration of migrant students.

**Key words:** Immigrants reception; Immigrant education; School integration.

## Introdução

Segundo Ribas-Mateos (apud CAVALCANTI, 2017, p. 398) “A definição clássica do termo imigrante alude a uma pessoa que deixou a sua terra natal para residir em outro espaço social”. De acordo com Cavalcanti (2017, p. 399): “Ainda que um imigrante seja juridicamente um estrangeiro, ele é constantemente associado a uma pessoa que procede de um país economicamente menos favorecido”. O imigrante busca melhores condições de vida e também mais oportunidades em relação a trabalho e educação.

A população brasileira é bastante miscigenada. De acordo com a cientista Lygia da Veiga Pereira "O Brasil é provavelmente o país com maior miscigenação do mundo"(DW BRASIL, 2020). Por conta da mistura de diversos grupos étnicos como: os povos indígenas, africanos, imigrantes europeus e asiáticos. Mas por mais que haja tanta diversidade em nosso país, os imigrantes podem encontrar dificuldades em se integrar à comunidade local. De acordo com a pesquisa *Migrantes, Apátridas e Refugiados* de 2015, “cerca de 16,8% dos recém-chegados ao país apontaram a língua como a barreira à compreensão das instituições públicas” (IPEA, 2015).

A Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, afirma que “a educação é desenvolvimento pleno da personalidade humana” (DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, 1948). No Brasil, a educação é um direito de todos, garantido pela constituição, a qual assegura que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O Brasil tem recebido muitos imigrantes nos últimos anos, em relação aos anos anteriores. De acordo com o *Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais*, “de 2010 a 2018 foram registrados no Brasil 774,2 mil imigrantes, considerando todos os amparos legais” (OBMIGRA, 2019). Em relação à educação, nas escolas brasileiras “aumentaram 112% o número de alunos imigrantes” (UNIBANCO, 2016). Diante dessa situação, surgem questionamentos sobre como está sendo o processo de integração dos imigrantes nas escolas brasileiras.

A escolha do tema deste artigo advém da minha participação no grupo de pesquisa e extensão Mobilidades e Línguas em Contato (MOBILANG). Com a vivência e o conhecimento

sobre as dificuldades encontradas pelos imigrantes, surgiu a curiosidade sobre como seria o processo de integração dos imigrantes nas escolas públicas do Brasil.

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é analisar cartilhas e documentos de orientação às escolas, professores e diretores, referentes ao acolhimento dos estudantes imigrantes. Este artigo também tem irá analisar as questões linguísticas, como, por exemplo, quais políticas os estados têm adotado para garantir o acesso dos imigrantes à educação, como igualmente o que é feito para minimizar as dificuldades com os conteúdos escolares.

Em relação aos docentes, iremos analisar como tem sido essa preparação para tratar os imigrantes, se é oferecido pelos estados uma preparação específica. Serão analisadas também as dificuldades sociais enfrentadas pelos estudantes imigrantes para se integrarem à comunidade escolar, se de fato o que é proposto por meio de documentos oficiais e cartilhas tem sido aplicado nas escolas.

A pesquisa realizada é de natureza bibliográfica, que, segundo Gil (2008) se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto. Além da bibliográfica, também será de natureza documental, são utilizados materiais primários, isto é, que não receberam ainda um tratamento analítico. Serão analisadas cartilhas, documentos, artigo, dissertação e tese sobre imigrantes nas escolas públicas.

### **Materiais analisados**

Durante a pesquisa bibliográfica, foram analisados três estudos de caso sobre estudantes imigrantes em escolas públicas. O primeiro a ser analisado é o trabalho de conclusão de curso (GELATTI, 2016), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este trabalho pesquisou a questão dos imigrantes na escola e o ensino de português como língua adicional em uma escola de Porto Alegre. Foram encontrados obstáculos relacionados à falta de políticas públicas no estado do Rio Grande do Sul referente aos alunos imigrantes.

O segundo estudo de caso analisado foi a tese de mestrado (NEVES, 2018) da Universidade Federal de Minas Gerais. Neves realizou pesquisa de estudo de caso longitudinal de natureza qualitativa, por dois anos em uma escola pública de Ensino Fundamental da cidade de Belo Horizonte, acompanhando especificamente Nina, uma garota síria de oito anos de idade. O trabalho tinha como objetivo analisar a política linguística implementada, explícita ou implicitamente, pela escola para o acolhimento de Nina.

Por último foi analisado um artigo (ARAÚJO; CONTRERAS, 2017), cujo foco foi uma pesquisa de campo nas escolas públicas de Curitiba, com alunos haitianos. O artigo buscou entender, na prática, quais são as medidas tomadas em relação à adaptação curricular e social na escola para auxiliar a criança imigrante a aprender.

A pesquisa documental consistiu na análise de três documentos e cartilhas que tinham como objetivo auxiliar gestores e servidores que prestam assistência ou possuem demanda para assistir a imigrantes nas escolas. O primeiro é uma cartilha produzida em 2020 pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública, que traz elementos para que o gestor público local avalie a existência de medidas para facilitar o acesso e a integração de imigrantes à educação. Essas medidas se referem à adequação da exigência documental para garantir o acesso às escolas e a permanência nelas, bem como à certificação dos estudos realizados. Foi produzido em Brasília, mas é de âmbito nacional, no qual gestores e servidores municipais e estaduais ou qualquer interessado poderiam se inscrever. O curso se chama *Migra Cidades: Aprimorando a Governança Migratória Local*; foi analisado especificamente o módulo 7 cujo tema é o acesso à educação.

O segundo foi a cartilha *1º Documento Orientador: Estudantes Imigrantes*, idealizado pelo Núcleo de Inclusão Educacional, no ano de 2017. A cartilha apresenta algumas orientações da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, com contribuições do Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula e do Conselho Estadual de Educação, referente ao acolhimento dos estudantes imigrantes na rede estadual de ensino de São Paulo. Foi apresentada ao Comitê Estadual para Refugiados do Estado de São Paulo e tem como objetivo apresentar orientações referentes à matrícula e a emissão de certificados, a fim de garantir a inclusão dos estudantes imigrantes na rede escolar.

O terceiro documento analisado foi o *Documento Orientador Estudantes Imigrantes: Acolhimento*, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, em 2018. Este documento foi organizado pelo Núcleo de Inclusão Educacional, do Centro de Atendimento Especializado da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, a partir das demandas propostas pelo Comitê Estadual de Refugiados da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. O documento apresenta orientações visando a inclusão escolar e o acolhimento dos estudantes imigrantes na rede de ensino do estado de São Paulo.

## **Direito à educação**

A educação é um agente transformador, por meio dela obtemos conhecimento. Além disso, a educação nos auxilia a nos prepararmos para a vida. A Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 afirma que a educação é desenvolvimento pleno da personalidade humana (UNESCO, 1948). A educação é um direito de todos, incluindo os imigrantes, direito esse que é garantido pela constituição brasileira, a qual afirma que:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (1988, artigo 205).

A Lei de Migração nº 13.445 de 2017 também dispõe sobre o direito dos imigrantes à educação:

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios:  
XI – acesso igualitário e livre do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;  
Art. 4º Ao imigrante é garantida, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como:  
X – direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade;  
(BRASIL, 2017)

Por meio da convivência escolar com diferentes grupos de pessoas, com diferentes crenças e vivências. É importante que tenham iniciativas que trabalhem as diferenças existentes, para que não seja praticado preconceito e xenofobia contra os imigrantes. No documento *Migra Cidades* (2020), são abordados o combate à xenofobia e a importância de “os educadores estejam atentos a qualquer manifestação de xenofobia, para que esse assunto seja trabalhado sempre que necessário” (ENAP, 2020, p. 9).

O *Documento Orientador Estudantes Imigrantes: Acolhimento* retrata como é fundamental que não sejam replicados preconceitos referentes aos alunos imigrantes. Também são abordadas práticas que podem auxiliar:

O acolhimento e o combate ao preconceito e xenofobia podem ser facilitados por meio de festas culturais, eventos culinários, prática de esportes e jogos, palestras, rodas de conversa, debates, exposições, entre outros, com o apoio dos mecanismos de Gestão Democrática e Participativa na Escola, bem como do Programa Escola da Família, Grêmios Estudantis, Conselhos e Associação de Pais e Mestres (NÚCLEO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL, 2018, p. 11).

A produção de cartilhas e documentos orientadores é um passo crucial para a formulação de políticas públicas mais robustas voltadas para alunos imigrantes. Portanto, podemos observar que existem iniciativas de órgãos públicos, como Núcleo de Inclusão Educacional, do Centro

de Atendimento Especializado da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, e também o Comitê Estadual de Refugiados da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, que se preocupam com a integração dos alunos imigrantes nas escolas, reconhecendo, assim, o papel fundamental da escola no acolhimento dos imigrantes na sociedade como um todo.

### **Papel da escola na integração dos alunos imigrantes**

A integração dos imigrantes é uma etapa importante que a escola pode contribuir, porém complexa. Como definem Atfield et al. (apud SIMÕES, 2017, p. 413), a “integração é um conceito extremamente complexo e altamente controverso. Existe um grande número de definições sobre o que constitui integração e quais as maneiras de se obtê-la”. O Comitê Econômico e Social das Nações Unidas definiu integração como:

Um processo gradual pelo qual os novos residentes tornaram-se participantes ativos nos assuntos sociais, econômicos, civis, culturais e espirituais da sua nova moradia. É um processo dinâmico no qual valores são enriquecidos por meio de reconhecimento mútuo, acomodação e compreensão. É um processo no qual ambos migrantes e seus compatriotas encontram oportunidade de realizar suas contribuições distintas. (ECOSOC, 1952, p. 1 apud SIMÕES, 2017, p. 414).

A partir dessa definição, podemos entender que integração não significa o apagamento do passado e da identidade do imigrante, mas sim um processo de acomodação e de oportunidades mútuas. Mas quando falamos de estudantes imigrantes e o processo de integração escolar, em especial em relação à aquisição linguística do português, como se dá essa integração?

O processo de acolhimento nas escolas é fundamental para uma boa integração do aluno imigrante. Neves (2016, p. 76) reforça essa importância ao afirmar que a “recepção pode ser ainda mais importante para as crianças imigrantes que chegam a um novo país sem compreender bem a língua, o funcionamento da escola, a organização dos espaços, a cultura escolar”.

No documento *1º Documento Orientador: Estudantes Imigrantes*, relata-se sobre qual seria o processo de classificação de série do aluno na escola, e também sobre qual o papel da direção escolar:

A Direção da unidade escolar deverá adotar todos os procedimentos para a classificação do estudante, o que inclui a realização de avaliação de competência pelo estudante nos casos em que este não tiver conhecimento da Língua Portuguesa, devem ser utilizados outros meios para avaliar o conhecimento do aluno (2017, p. 16).

Além da questão dos procedimentos avaliativos, Gelatti, a partir de seu convívio na escola, fez importantes reflexões sobre o papel dos professores nesse processo de integração:

“estão contribuindo para o processo, seja adaptando sua maneira de explicar o conteúdo em sala de aula, seja produzindo material específico para esta população ou planejando oficinas sensíveis a esta situação” (GELATTI, 2016, p. 34). Podemos perceber os esforços realizados pelos docentes, mesmo em meio às dificuldades em relação aos poucos materiais específicos disponíveis, se esforçam para que o processo de acolhimento do aluno imigrante seja o melhor possível.

Porém, mesmo com todos os esforços de professores, diretores e coordenadores, esbarramos em dificuldades a respeito de adaptação das matérias, ou formas de avaliação, que, diferentemente do que é proposto pelo Documento Orientador citado acima, ainda são falhos quanto à integração dos imigrantes. Neves relata que:

A escola não recebeu nenhum tipo de apoio oficial para prestar o atendimento a Nina, levando em conta suas necessidades linguísticas, e seus educadores não foram contemplados com nenhum tipo de formação complementar que os preparasse para trabalhar suas diferenças linguísticas (2018, p. 93).

No estudo de caso realizado por Araújo e Contreras (2017, p. 983), ao questionarem os educadores sobre se a escola toma medidas para a socialização da criança imigrante, 22% responderam que não, pois afirmaram que os alunos imigrantes se adaptam como as outras crianças, sempre com apoio dos professores e dos colegas. Enquanto 67% dos docentes entrevistados afirmaram que tomam medidas de socialização, eles informaram que “promovem a socialização dos alunos diariamente durante todas as atividades propostas”.

Assim, é observado que, apesar de recomendações em cartilhas e documentos orientadores, a integração dos alunos imigrantes ainda recai sobre os professores e diretores das escolas, de forma local, sem que sejam implantadas políticas mais abrangentes. Os professores e diretores acabam tendo que procurar alternativas para que a integração dos alunos possa ser feita da melhor forma possível, dentro das condições existentes.

### **Questões linguísticas**

Por meio da comunicação é que podemos nos expressar, realizar questionamentos, falar o que queremos, sentimos e pensamos. Quando não conseguimos nos comunicar, podemos nos sentir frustrados. Os imigrantes passam por dificuldades com a língua, por não conseguirem compreender e serem compreendidos.

Em 2017 foi aprovada a Lei de Migração, que reforça a tolerância à língua materna do imigrante, quanto ao acesso de seus direitos:

Art. 112. As autoridades brasileiras serão tolerantes quanto ao uso do idioma do residente em Município fronteiriço e do imigrante quando eles se dirigirem a órgãos ou repartições públicas para reclamar ou reivindicar os benefícios decorrentes desta Lei (BRASIL, 2017).

Por meio dessa lei, podemos verificar a importância de sermos tolerantes ao que se refere ao idioma falado pelo imigrante, sendo assim podendo nos comunicar por formas além da verbal, como por exemplo, por gestos e tradutores online. Em especial no que tange à língua no ambiente escolar, o *Documento MigraCidades*, produzido pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública, oferece algumas orientações para que a adaptação linguística do imigrante seja feita da melhor forma possível:

- 1 - Entender que um período de silêncio é compreensível, ao mesmo tempo permanecendo atentos para que ele não se prolongue. Por exemplo, existem vários relatos de avaliações incorretas de alunos que teriam déficits de aprendizagem, quando, na verdade, se tratava de problemas de comunicação por desconhecimento da língua.
- 2 - Encontrar outras formas de comunicação, como gestos e figuras.
- 3 - Espalhar placas orientadoras em vários idiomas pela escola.
- 4 - Compreender que a fala e a escrita podem se desenvolver em tempos diferentes.
- 5 - Verificar se o aluno precisa de apoio extra, em contraturno, por exemplo, para o desenvolvimento da questão linguística (2020, p. 9).

Diante dessas orientações, podemos perceber que a paciência é de suma importância para que não se apresse o processo do imigrante em se integrar à nova realidade. Cada pessoa tem um tempo diferente para se integrar e cada aluno imigrante deve ser observado individualmente.

O *Documento Orientador Estudantes Imigrantes: Acolhimento* enfatiza a comunicação entre todos os membros da comunidade escolar, de forma a auxiliar a adaptação do aluno imigrante. Exemplos incluem:

- Afixar, nas portas das salas da escola, placas com desenhos e/ou nomes dos lugares na(s) língua(s) do(s) estudante(s). A indicação dos horários das aulas também pode ser fixada em murais com opções de idioma.
- Levar o estudante para um passeio que mostre o espaço físico e a rotina da escola, o que pode ajudar a reduzir a ansiedade.
- Comunicar-se com os pais, sobre reuniões ou outros recados, por meio de bilhetes digitados, para que possam traduzir a orientação da escola via aplicativos ou páginas da internet.

- Checar se a família tem uma pessoa de contato que fale português. Muitas vezes os pais não sabem o idioma, assim um facilitador será de grande importância para a comunicação família-escola.
- Deixe o estudante livre para ouvir e aprender a Língua Portuguesa e falar quando se considerar preparado. (SEE, 2018, p. 15).

Podemos observar que é necessária uma preparação prévia para a integração do aluno imigrante, também é importante que seja feito um plano de como será o processo de integração escolar. Além do próprio relacionamento com o imigrante, é essencial o relacionamento da escola com a família do imigrante.

Gelatti (2016), realizou estudo de caso em uma escola localizada na Zona Norte de Porto Alegre, em uma região de baixa renda considerada violenta. Essa escola tem aproximadamente 1300 alunos, e há atualmente alunos imigrantes em seis turmas: duas turmas na manhã, duas na tarde e duas à noite, totalizando vinte e três. Ao pesquisar se haveria alguma política pedagógica para o ensino de Português como língua adicional, foi verificado que na escola pesquisada não havia. Ademais, apesar de a Rede Municipal de Ensino afirmar que contém uma Política Linguística de acolhimento dos imigrantes nas escolas, o pesquisador relatou que “não teria encontrado a referida documentação ainda” (GELATTI, 2016, p. 33). Por mais que tenham políticas linguísticas, o mais importante é que de fato essas políticas cheguem até as escolas, e que de fato seja dado suporte pela secretaria de educação para que possa ser colocada em prática.

Na pesquisa de Neves (2018) realizada em Belo Horizonte, é relatado que a diretora da escola que Nina estudava solicitou junto à Faculdade de Letras de uma Universidade Federal, apoio para promover o progresso linguístico de Nina a aluna síria. Com isso, Neves começou a ministrar aulas de português para a aluna. Neves relata quais eram seus objetivos com as aulas:

Era importante que as nossas aulas contribuíssem para Nina se tornar mais proficiente comunicar-se no dia a dia e também para iniciar seu processo de alfabetização em português, o que incluía aprender as letras do alfabeto latino e começar a escrever e ler. Além disso, nossas aulas pretendiam colaborar para aumentar sua segurança e autonomia dentro da escola e para que ela se familiarizasse com a cultura e com as relações escolares (2018, p. 70).

Podemos analisar que os objetivos de Neves iam além do ensino da língua portuguesa. Foi enfatizado a importância de Nina se tornasse mais independente e se familiarizasse com a nova cultura e também a se relacionar com seus novos colegas.

Neves também comenta os empasses linguísticos enfrentados por Nina, quando, por exemplo, eram enviados recados na agenda e a família não conseguia compreender. Uma

situação decorrente dessa dificuldade, ocorreu quando o recado avisava que não haveria aula naquele dia, mas, como a família não entendeu a informação, Nina foi para escola e encontrou as portas fechadas.

Neves expressa em sua pesquisa que Nina era acompanhada por uma monitora de auxílio à inclusão que foi designada pela escola, que ficava na sala de aula e nas aulas do Programa de Intervenção Pedagógica. Esse programa é destinado a alunos de inclusão, que são alunos com deficiência ou possuem dificuldades de aprendizado. A autora relata uma problematização em relação ao fato de a escola agrupar alunos imigrantes e estudantes de inclusão, que ocorre por falta de políticas linguísticas voltadas exclusivamente para imigrantes. A autora afirma que:

Sabemos que o recurso de “encaixar” Nina nos atendimentos oferecidos aos alunos que têm o português como língua materna foi uma alternativa encontrada pela escola para driblar a falta de políticas linguísticas para o atendimento de estudantes imigrantes falantes de outras línguas e para promover o aumento de proficiência linguística da aluna (NEVES, 2018, p. 88).

Nina participava do Programa de Escola Integrada, que, de acordo com Neves (2018, p. 4), é um projeto proposto pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e que funciona da seguinte forma: ele “estende a permanência dos alunos na escola. Os estudantes realizam atividades lúdicas, esportivas e passeios culturais, o que contribuiu, sobremaneira, para o desenvolvimento linguístico de Nina”. Por meio do programa, que propõe atividades além das que são realizadas em sala de aula, Nina tinha mais contato com os colegas, podendo se socializar melhor, e também se desenvolver linguisticamente em português.

Nina é apenas uma. A escola conseguiu encontrar formas de garantir um pouco de integração de Nina, apesar de ainda existirem obstáculos, como os recados na agenda. Porém, quando tratamos de mais alunos imigrantes, falando diferentes línguas, os empecilhos que a escola enfrenta são maiores e, conseqüentemente, a integração dos alunos, menor.

Os pesquisadores Araújo e Contreras (2017), que realizaram pesquisa em uma escola pública de Curitiba, com imigrantes haitianos, entrevistaram nove pessoas da equipe pedagógica, entre pedagogas, articuladoras, professora regente e professoras. Questionadas se sentem dificuldade em receber alunos haitianos, todas informaram que não, sendo que uma fez um adendo relatando que, “porém, no início do ano há dificuldade da língua, mas eles aprendem rápido nosso idioma” (2017, p. 983). Podemos perceber que a questão linguística é um problema inicial na adaptação, mas que, de acordo com o corpo docente citado, os alunos

aprendem o português rapidamente. Mesmo que este seja o caso, há outros aspectos a serem considerados quando se fala de adaptação de alunos imigrantes em escolas.

### **Adaptação curricular dos alunos imigrantes nas escolas**

A adaptação curricular que seria a diferenciação do conteúdo escolar para o aluno imigrante, principalmente no primeiro momento de chegada do imigrante, é essencial para a boa adaptação, ainda mais com a dificuldade linguística. Uma boa alternativa seria a elaboração de materiais diferenciados. O *documento de MigraCidades* fornece recomendação para estado do Paraná sobre essa adaptação: “A Escola elabore um plano para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que permitam ao aluno prosseguir os estudos” (ENAP, 2020, p. 9). Com a escola elaborando um plano prévio de aprendizado, diante do nível e das dificuldades apresentados pelo aluno imigrante, o aluno poderá se adaptar melhor aos conteúdos propostos. Dessa forma, é importante levar em conta o histórico escolar dos alunos que chegam, entendendo que eles podem vir de diferentes países e diferentes contextos.

Em relação às dificuldades com aprendizado, Gelatti, que realizou pesquisa em Porto Alegre, trouxe em seu trabalho que:

As crianças estrangeiras que apresentam dificuldades são encaminhadas ao Laboratório de Aprendizagem, que é um espaço já existente no sistema escolar municipal para todas as crianças e que veio a auxiliar a escola no ensino e reforço escolar a elas. Estes atendimentos geralmente ocorrem no contra turno, individualmente, e uma vez por semana (2016, p. 28).

A iniciativa de ter um espaço que auxilie nas dificuldades com os conteúdos de forma individual pode ser muito positivo, pois o aluno irá sentir à vontade em expressar as suas dúvidas. Por meio dos estudos de caso analisados, podemos observar que o estudo de Neves também relata que, na escola de Nina, havia o Programa de Intervenção Pedagógica que auxiliava com as dificuldades com os conteúdos estudados.

Nina, a aluna síria acompanhada pela pesquisadora Neves, também enfrentou dificuldades, com os conteúdos propostos na escola de Belo Horizonte. O estudo mostra uma situação em que, em 2017, um ano após a chegada de Nina a escola, a professora pediu que fosse aplicada uma prova para a aluna, a mesma prova que seus colegas de classe fariam. A menina síria ficou muito brava por se sentir frustrada em não conseguir realizar a atividade sozinha, por ainda não compreender todas as palavras e termos que estão na prova. A professora de Nina relata como um desafio o fato de não ter material avaliativo adequado para uma aluna

com baixa proficiência em português, além de que também foi difícil elaborar avaliações diferenciadas para Nina.

O exemplo de Nina, falante de árabe, mostra diferença em relação à afirmação do corpo docente do estudo de Araújo e Contreras (2017) na cidade de Curitiba. A rapidez no aprendizado do português não pode ser considerada a mesma para falantes de diferentes línguas.

Na pesquisa de Araújo e Contreras (2017), foi questionado se a escola de Curitiba realiza adaptações curriculares para os alunos imigrantes, ou seja, se a escola toma medidas em relação aos imigrantes, que vieram do Haiti, 33% dos professores informaram que não tomam atitudes curriculares, enquanto 56% afirmaram que sim, possuem atitudes curriculares para auxiliar o imigrante. Os docentes citaram que algumas medidas são “as atividades individuais e diferenciadas para os alunos imigrantes” (ARAÚJO, CONTRERAS, 2017, p 984). Podemos observar que a maioria informou que toma medidas diferenciadas para a adaptação curricular dos alunos, mas seria algo relativo de cada professor.

### **Socialização dos alunos imigrantes nas escolas**

A escola tem um papel fundamental em relação à contribuição aos valores dos alunos, e o processo de adaptação do imigrante é essencial. Para Virões (2013, p.14), a escola é “uma das instituições mais importantes na transmissão de valores, legitimada pela sociedade, vindo logo atrás da Família e a da Igreja”. Os alunos passam boa parte do seu tempo na escola, passam até mais tempo do que com a própria família. Dessa forma, a escola tem grande importância na formação do caráter e personalidade dos alunos, sendo as relações entre os alunos, importante fator na transmissão de valores.

Uma orientação importante observada na cartilha *Documento Orientador Estudantes Imigrantes: Acolhimento* afirma a importância de haver um profissional designado pela escola, para servir como referência ao aluno imigrante, ou a um grupo de alunos imigrantes, que eles possam tirar dúvidas que possam surgir. Outro ponto levantado é a de que esse profissional tenha a ajuda de outros alunos, “sendo referência para o estudante estrangeiro, facilitarão sua inserção na comunidade escolar, estimulando a socialização e a troca cultural entre os estudantes” (SEE, 2018, p. 10).

Neves (2018) relata que Nina chegou ao Brasil sem falar português. Inicialmente a garota está inapta a socializar, em decorrência de suas diferenças linguísticas. Andréa, professora de Nina, expressa como foi angustiante o período inicial em que não conseguia ser

compreendida por Nina: “isso foi uma... uma situação inédita e muito difícil... que é a gente não conseguir comunicar com o aluno... né... saber das necessidades do aluno e nem explicar para aquela aluna... no caso a Nina as coisas que eu queria dizer para ela...” (NEVES, 2018, p. 69).

Observou-se que, por meio do Programa de Escola Integrada, houve melhora significativa na socialização da garota síria. Neves faz essa reflexão: “Percebi que Nina tornou-se não só mais expansiva, confiante e falante, mas também se sentia mais segura dentro dos espaços da escola, como se começasse a sentir que pertencia àquele lugar” (2018, p. 95). Por meio do programa que possui atividades na área esportiva e cultural, a socialização da criança pode ser realizada tanto dentro da escola quanto fora. Nina teve mais oportunidade de socializar com os seus colegas em ambientes diferentes.

A integração entre colegas de classes pode ajudar significativamente para socialização do imigrante, como também a obter sua própria independência. Quanto mais o imigrante estiver imerso na vida local, essa adaptação será mais rápida, processo observado por Neves:

Queremos ressaltar a importância de se promoverem interações entre os alunos imigrantes e seus pares nacionais: a vontade de comunicar-se, de divertir-se, de relacionar-se com os colegas motivou e impulsionou Nina a desenvolver suas habilidades para interagir oralmente em português (2018, p. 96).

Araújo e Contreras (2017, p. 981), na pesquisa na escola de Curitiba com alunos haitianos, foram entrevistados nove alunos haitianos, e todos relatam que: “não tinham dificuldade em fazer amigos nem na escola e nem no bairro onde moram”. Os colegas dos alunos informaram que: “ajudam os amigos quando eles têm dificuldade com o conteúdo, e também que gostam de ter um amigo haitiano” (ARAÚJO, CONTRERAS, 2017, p. 982). Os pesquisadores relataram que o processo de socialização entre alunos imigrantes e os colegas brasileiros tem sido algo natural.

Podemos observar inicialmente que os alunos imigrantes podem ter dificuldades para socializar com os colegas e professores, por conta da barreira linguística. Mas, com o decorrer do tempo, podemos perceber que a socialização vai se dando de maneira natural.

### **Considerações finais**

Este artigo teve como objetivo analisar cartilhas e documentos sobre acolhimento de alunos imigrantes, além de estudos de caso sobre o processo de integração dos alunos imigrantes nas escolas. Também teve como objetivo analisar o processo de integração

linguística, e como estaria ocorrendo a adaptação curricular para o aluno imigrante, além de como seria o processo de socialização e o papel da escola no processo de integração.

As cartilhas e documentos instruíam para o contato inicial, que seria os primeiros passos a serem tomados, e de uma forma geral, não aprofundando quais seriam os passos a serem realizados mais à frente na jornada do aluno imigrante. Embora a produção de cartilhas e documentos orientadores seja uma iniciativa fundamental para a formulação de políticas públicas e linguísticas voltadas para imigrantes em contexto escolar, ainda há muito o que ser feito no que tange à implementação de projetos de integração dos alunos imigrantes. A pesquisa nos mostra que fica a cargo das escolas (dos professores e dos diretores), de forma individualizada, a responsabilidade de integrar e socializar essas crianças. Os estudos de caso analisados aqui nos mostram as dificuldades, principalmente linguísticas, dos alunos imigrantes, em especial no período inicial nas escolas.

Nas cartilhas *MigraCidades* e *Documento Orientador Estudantes Imigrantes: Acolhimento*, haviam muitas orientações a respeito de como esse processo poderia ser facilitado. O processo de aprendizado da língua e da socialização muitas vezes recai sobre o próprio imigrante. O estudo de Araújo e Contreras (2017) mostra que as crianças haitianas tiveram dificuldades linguísticas no início, porém, com o tempo, essas barreiras foram sendo superadas de forma natural. Mas, com o suporte de profissionais, como proposto nas cartilhas, esse processo poderia ter sido ainda mais orgânico.

Não foi observada alguma instrução em como poderiam ser as avaliações desses alunos, esse foi um obstáculo analisado, já que mesmo com todo o empenho em aprender a língua portuguesa, o imigrante pode ter ainda dificuldade em realizar sozinho avaliações em português.

Como já foi relatado que nas cartilhas analisadas eram abordadas instruções iniciais, a adaptação curricular não foi citada, e esse foi um problema observado, pois não havia uma adaptação de materiais para o aluno imigrante. Nos documentos foi abordada a importância do papel da equipe escolar nesse processo. As equipes analisadas nos estudos de caso se empenhavam para realizar a melhor adaptação possível.

Em conclusão, é possível afirmar que são necessários mais documentos de orientação em relação a integração dos alunos imigrantes, para que sejam sanadas as dúvidas da equipe escolar, e assim melhorar a integração dos alunos

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **ACNUR explica significado de status de refugiado e migrante**. [S. l.], 5 out. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acnur-explica-significado-de-status-de-refugiado-e-ada/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AGÊNCIA BRASIL. **Estudantes imigrantes aumentam 112% em oito anos nas escolas brasileiras**. 2018. Ludmilla Souza. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-02/estudantes-imigrantes-aumentam-112-em-oito-anos-nas-escolas-brasileiras>. Acesso em: 12 nov. 2020.

ARAÚJO, Danuse da Porciúncula; CONTRERAS, Humberto Silvano Herrera. **A criança imigrante e a escola: Adaptação curricular e social**. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2017, Curitiba. Anais [...] . Curitiba: Eixo – Educação e Direitos Humanos, 2013. p. 976-987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília.

BRASIL. Lei 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. **Institui a Lei de Imigração**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm) >. Acesso em: 24 nov, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo (org.). Imigração. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 398-402.

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **Resumo Executivo. Imigração e Refúgio no Brasil**. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública / Conselho Nacional de Imigração e Cordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra 2019.

DW BRASIL. **"O Brasil é provavelmente o país com maior miscigenação do mundo"**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-brasil-%C3%A9-provavelmente-o-pa%C3%ADs-com-maior-miscigena%C3%A7%C3%A3o-do-mundo/a-51733280>. Acesso em: 18 dez. 2020.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Acesso à educação**. In: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **MigraCidades**: aprimorando a governança migratória local. Brasília: Diretoria de Educação Continuada, 2020. p. 4-21.

GELATTI, Liane Schwab. **Imigrantes na escola: Uma reflexão sobre políticas linguísticas e ensino de português**. 2016. 42 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

IPEA. **Migrantes, Apátridas e Refugiados**: subsídios para o aperfeiçoamento de acesso a serviços, direitos e políticas públicas no Brasil. 57. ed. Brasília: Governo Federal, 2015.

NEVES, Amélia de Oliveira. **Política linguística de acolhimento a crianças imigrantes no ensino fundamental brasileiro: Um estudo de caso**. 2018. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

NÚCLEO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL (São Paulo). **1º Documento Orientador: Estudantes Imigrantes**. 2017. Disponível em: [https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/10/imigrantes\\_1documento-orientador-estudantes-imigrantes-verso-de-15-09-2017](https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/10/imigrantes_1documento-orientador-estudantes-imigrantes-verso-de-15-09-2017). Acesso em: 20 nov. 2020.

SÃO PAULO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Estudantes Imigrantes: Acolhimento**. 2018. Disponível em: [https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO\\_FINAL-compressed.pdf](https://www.educacao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ACOLHIMENTO_FINAL-compressed.pdf). Acesso em: 22 nov. 2020.

SIMÕES, Gustavo da Frota (org.). Integração. In: CAVALCANTI, Leonardo *et al.* **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 413-416.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

UNIBANCO. **Aprendizagem em foco**. n. 38. Fev. 2018. Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/38/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

VIRÃES, Maria Betânia Amaral Rodrigues de Almeida. **O papel da escola na educação de valores**. 2013. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências da Educação, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2013.